



Cabral fez projeto polêmico, Ulysses somou presidências e Arinos chefiou a Sistematização: esforços com parcos resultados

Constituinte: após um ano, poucas decisões

BRASÍLIA — "Já está fazendo um ano? Eu nem tinha me dado conta disso", comentou o Senador José Richa (PMDB-PR) ao ser informado que nesta segunda-feira a Constituinte estará completando o seu primeiro aniversário. Depois de 365 dias de atividades e recessos e de gastar C\$ 1,1 bilhão, os constituintes têm, afinal, uma certeza: o texto, que deverá ficar pronto até final de abril, não agradará a ninguém.

O tempo gasto não impressiona aos políticos. O sistema aberto, a inexistência de um anteprojeto e o impasse político sobre o Regimento, foram os principais entraves que frustraram os prazos sonhados pelo Presidente Ulysses Guimarães. Como reforço à tese de que o tempo gasto não foi muitos, são citados os exemplos de outros países, principalmente da Espanha, que levou quase quatro anos para ter a Constituição dos tempos pós-Franco.

O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) considera que o ano foi rico. Houve uma espécie de matura-

ção desde os trabalhos nas 24 subcomissões.

— Mas não pode mais demorar muito — lembra Cabral, para, depois, conseguir uma imagem:

— Se demorar muito, o povo brasileiro acabará por desembarcar do barco da esperança que atracará no porto da deceção — disse.

— Um ano não é um prazo extraordinário — observa o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), de 82 anos, que presidiu a Comissão de Sistematização. Para ele, tudo teria sido mais fácil e rápido se também o anteprojeto produzido pela Comissão de Estudos Constitucionais, criada por Tancredo Neves e nomeada por José Sarney, tivesse sido aproveitado.

— Sarney não quis mandar o texto porque propunha um sistema de governo parlamentarista. Eu disse isso a ele — conta Arinos.

A falta de um projeto original é destacada por muitos constituintes e observadores. O Diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da

Constituinte da Unb, João Gilberto Lucas Coelho, disse que este foi um dos fatores para a lentidão dos trabalhos, frisando que ano gasto não é para assustar ninguém, mas já é o maior da história das Constituintes.

O atraso provocado pelo impasse político dá a sensação a alguns de que o trabalho, realmente, está começando agora.

— Eu lamento que depois de um ano de trabalho, nos estejamos praticamente começando tudo de novo — observa José Genoino (PT-SP).

Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB no Senado e autor do primeiro Regimento, acha que o atraso não se deve ao trabalho aberto, subdividido em comissões e subcomissões. Sua tese é um pouco diferente das demais.

— A insistência na discussão do mandato presidencial tomou conta de tudo. Depois foi a estabilidade que gerou o Centrão. Também não houve negociações nas fases preliminares — afirma Fernando Henrique.

Negociações sobre Direitos Sociais serão intensas

BRASÍLIA — A votação do Capítulo dos Direitos Sociais, a partir da metade da próxima semana, intensifica desde ontem as negociações entre o Centrão e o grupo "progressista", formado pelo PMDB "histórico", liderado pelo Senador Mário Covas (SP), e pelos partidos de esquerda. Esse capítulo, que é parte do Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais — coloca em debate a estabilidade, a jornada de trabalho, a remuneração de horas extras, a liberdade de organização sindical e o direito de greve, temas que exigirão um grande esforço pelo entendimento entre os constituintes. No Capítulo sobre Direitos Individuais e Coletivos, é mais fácil um acordo.

A estabilidade tem sido o tema mais polêmico da Constituinte, ao lado de sistema de governo e da duração do mandato do Presidente Sarney. A prova disso é que foram apresentadas 40 emendas individuais sobre o assunto. Apesar das constantes negociações, não é muito provável um entendimento do Centrão com o grupo de Covas. Com os partidos de esquerda isso será impossível. Mas o Centrão poderá fechar um acordo parcial com o "Grupo dos 32" e o "Centrinho", que reúnem constituintes ideologicamente de centro.

As propostas sobre estabilidade são diversas. O Projeto de Constituição, apoiado pelos partidos de esquerda, proíbe demissões imotivadas. O substitutivo do Centrão prevê a estabilidade, após 12 meses, mediante garantia de indenização igual a um mês de salário por ano de ser-

viço. O grupo de Covas, o "Grupo dos 32" e o "Centrinho" estabelecem o princípio da estabilidade no texto, mas deixam a regulamentação para a legislação ordinária.

Mas é provável que surja uma nova fórmula a partir das negociações neste final de semana. O Centrão e o "Grupo dos 32" discutem uma proposta que prevê a indenização no corpo da Constituição, mas com a sua regulamentação em legislação complementar. Até a promulgação da lei, seria aplicada multa nos casos de demissões imotivadas. A maior discussão é sobre o valor da multa. O "Grupo dos 32" quer 50 por cento do FGTS, enquanto o Centrão prefere percentuais entre 20 e 40 %.

As divergências entre o Centrão e os "progressistas" começaram no caput do Artigo 7º. O Centrão exclui os trabalhadores rurais dos direitos previstos neste Artigo. Nas horas extras, os "progressistas" querem remuneração em dobro, o Centrão quer 50 por cento e o "Grupo dos 32" prefere um mínimo de 50 por cento. Os "progressistas" querem a imprescritibilidade das ações trabalhistas, o Centrão fixa prazo de dois anos e o "Grupo dos 32" cinco anos.

Na organização sindical, o Centrão e o PT admitem o pluralismo sindical (mais de um sindicato por categoria numa mesma base territorial), enquanto os demais grupos preferem a unicidade. No direito de greve, os "progressistas" estabelecem que compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito dos

interesses que deverão por meio dela defender. O Centrão limita este direito nas atividades essenciais e estabelece que só pode ser feita na defesa de interesses trabalhistas.

Haverá consenso apenas sobre a licença para gestante — 120 dias. No caso da jornada de trabalho, o Centrão, o grupo de Covas, o "Grupo dos 32" e o "Centrinho" fecham com 44 horas, mas os partidos de esquerda insistem em 40 horas semanais.

No Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, que começa a ser votado amanhã, há poucos pontos polêmicos. No Parágrafo 5º do Artigo 6º, o Projeto da Sistematização prevê que "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato". O Centrão acrescenta o seguinte: "preservado o sigilo da fonte jornalística, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer".

No Parágrafo 8º, o Projeto estabelece que "a lei considerará a prática de tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia". O "Grupo dos 32" acrescenta o sequestro, o tráfico de drogas e o terrorismo nessa categoria de crimes. O Centrão acrescenta os crimes hediondos, mas exclui a palavra "imprescritível".

No Parágrafo 38, sobre propriedade privada, o Projeto da Sistematização prevê a "desapropriação por interesse social, mediante justa indenização". O Centrão acrescenta o termo "em dinheiro". O Parágrafo 50, que prevê o mandado de segurança coletivo, é suprimido pelo Centrão.